

ENGIE SOLAR PARACATU II GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A

Relatório da Administração e
Demonstrações Contábeis dos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

CNPJ nº 23.741.536/0001-63

NIRE nº 31300114252

Endereço: Rodovia MG 188 Fazenda São João, Zona Rural, CEP 38.609.899

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Engie Solar Paracatu II Geração Centralizada Spe S.A.
Paracatu-MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Engie Solar Paracatu II Geração Centralizada Spe S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 20 de maio de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SC-000048/F-0



Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da ENGIE Solar Paracatu II Geracao Centralizada SPE S.A. (Paracatu II ou Companhia) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2022. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Fotovoltaica Paracatu 1, com potência instalada de 33,0 MW, garantia física de 8,5 MW médios, e energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), no no Segundo Leilão de Energia de Reserva de 2015, promovido pela Aneel (Leilão Aneel 009/2015). Paracatu 2 é uma das 4 Centrais Fotovoltaicas que compõem o Conjunto Fotovoltaico Paracatu, localizado no município de Paracatu (MG), em operação desde fevereiro de 2019. O Conjunto foi adquirido pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia") em fevereiro de 2022.

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia, que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Central.

Controle Acionário

A totalidade do capital social de Paracatu II pertence à ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A., uma *holding* controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio da TAG – Transportadora Associada de Gás – em conjunto com outros sócios.

Ambiente Macroeconômico

A persistência da pandemia de Covid-19, a guerra entre Ucrânia e Rússia, a elevação do custo de vida e a piora das condições financeiras em diversos países impactaram a atividade econômica mundial em 2022. Houve aumento dos preços de alimentos e energia, devido à redução da oferta de matérias-primas fornecidas pela região em conflito; elevação das taxas de juros nas economias desenvolvidas, como Estados Unidos; e gargalos nas cadeias globais de abastecimento. O Fundo Monetário Internacional prevê-se que o crescimento mundial desacelerou de 6% em 2021 para 3,2% em 2022. A inflação mundial tem expectativa de aumentar de 4,7% em 2021 para 8,8% em 2022.

No Brasil, o fim das medidas de restrição causadas pela pandemia e estímulos econômicos tiveram um impacto positivo na economia. O crescimento do PIB em 2022 foi de 2,9%. Por outro lado, a inflação representou uma preocupação no período, tendo atingido 12,1% próximo à metade do ano, arrefecendo na segunda metade, e encerrando o ano em 5,8% - 0,8 p.p. acima da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central. Apesar de mais controlada, a pressão inflacionária fez com que a taxa básica de juros (Selic) fosse elevada – 13,75%. O dólar (Ptax) encerrou 2022 em R\$5,22 – 6,5% inferior ao registrado ao final de 2021.

Desempenho Operacional

Em 2022, a geração total bruta de Paracatu II alcançou 54,4 GWh O índice de disponibilidade, considerando-se as todas paradas programadas, atingido em 2022 foi de 99,6%.

Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2022.

Agradecimentos

A Administração de Paracatu II agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2022.

A Administração

ENGIE SOLAR PARACATU II GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ N° 23.741.536/0001-63 | NIRE N° 31300114252
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	29.546	19.524
Contas a receber de clientes	5	2.662	2.501
Outros ativos circulantes		1.244	1.079
		33.452	23.104
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos vinculados		3.865	3.704
Outros ativos não circulantes		260	485
		4.125	4.189
Imobilizado	6	164.584	169.731
Intangível	7	3.820	3.966
		172.529	177.886
TOTAL		205.981	200.990

ENGIE SOLAR PARACATU II GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ N° 23.741.536/0001-63 | NIRE N° 31300114252
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	3.108	3.022
Dividendos	14.b	31	-
Financiamentos	10	8.026	7.560
Ressarcimentos às distribuidoras	11	2.610	1.295
Outros passivos circulantes		1.635	1.822
		15.410	13.699
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	5.305	5.073
Financiamentos	10	119.046	119.694
Provisão para desmobilização	6.d	2.616	-
		126.967	124.767
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12.a	63.311	63.311
Reserva legal	12.b	16	-
Reserva de lucros (Prejuízos acumulados)		277	(787)
		63.604	62.524
TOTAL		205.981	200.990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENGIE SOLAR PARACATU II GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ N° 23.741.536/0001-63 | NIRE N° 31300114252
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	27.587	24.424
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização		(5.914)	(5.947)
Utilidades e serviços		(2.204)	(1.863)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		(2.230)	(1.559)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(29)	(88)
Outros		(1.802)	(392)
		(12.179)	(9.849)
LUCRO BRUTO		15.408	14.575
Despesas/Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(860)	(768)
Outras receitas operacionais, líquidas		18	509
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		14.566	14.316
Resultado financeiro			
Rendas de aplicações financeiras		2.300	898
Juros sobre empréstimos		(13.954)	(18.643)
Juros sobre fornecedores		(81)	(402)
Outras despesas financeiras, líquidas		(131)	(49)
		(11.866)	(18.196)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		2.700	(3.880)
Imposto de renda e contribuição social			
IRPJ/CSLL corrente	14.a	(1.584)	(2.486)
IRPJ/CSLL diferido	14.a	(5)	1.191
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		1.111	(5.175)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENGIE SOLAR PARACATU II GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ N° 23.741.536/0001-63 | NIRE N° 31300114252
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	1.111	(5.175)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.111	(5.175)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENGIE SOLAR PARACATU II GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
 CNPJ N° 23.741.536/0001-63 | NIRE N° 31300114252
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldo em 31.12.2020		63.311	249	3.684	-	67.244
Prejuízo do exercício		-	-	-	(5.175)	(5.175)
Destinações propostas à AGO:						
- Renúncia dos dividendos de 2020			-	455	-	455
- Absorção do prejuízo com reservas		-	(249)	(4.139)	4.388	-
Saldo em 31.12.2021		63.311	-	-	(787)	62.524
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.111	1.111
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	16	-	(16)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(31)	(31)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	277	(277)	-
Saldo em 31.12.2022		63.311	16	277	-	63.604

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENGIE SOLAR PARACATU II GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ N° 23.741.536/0001-63 | NIRE N° 31300114252
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.700	(3.880)
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Depreciação e amortização	6.058	6.070
Juros e variação monetária sobre financiamentos	13.954	18.643
Depósitos vinculados	(161)	(369)
Provisão para Descomissionamento	18	-
Juros sobre fornecedores	81	402
Baixa de ativo imobilizado	2.503	296
Outros	(749)	1.020
Resultado ajustado	24.404	22.182
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(162)	4.962
Adiantamentos a fornecedores	-	349
Outros ativos	60	2.147
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	(445)	(2.761)
Outros passivos	677	(4.597)
Ressarcimentos às distribuidoras	1.316	(1.993)
Caixa gerado nas operações	25.850	20.289
Pagamentos de juros sobre financiamentos	(6.270)	(5.995)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.710)	(2.395)
Caixa líquido das atividades operacionais	17.870	11.899
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Venda de ativo imobilizado	24	-
Aplicação no imobilizado e intangível	(4)	(12.701)
Caixa líquido das atividades de investimento	20	(12.701)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de financiamentos	(7.868)	(7.148)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(7.868)	(7.148)



Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	10.022	(7.950)
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	19.524	27.474
Saldo final	29.546	19.524
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	10.022	(7.950)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENGIE SOLAR PARACATU II GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ N° 23.741.536/0001-63 | NIRE N° 31300114252
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais ou outras moedas, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ENGIE SOLAR PARACATU II Geração Centralizada SPE S.A., subsidiária da Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. (“Holding Paracatu”), por sua vez pertencente ao grupo da Solairedirect Holding Brasil S.A. (“Grupo ENGIE Solar”) iniciou suas atividades em 26 de novembro de 2015, sediada na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais, na Rodovia MG 188 KM 10 a direita mais 13 KM a sede Guarda Mor, Fazenda São João, Zona Rural, sendo constituída com prazo determinado de 25 anos e posteriormente alterando o prazo para indeterminado conforme artigo 3o de seu Estatuto Social.

A Companhia tem por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e exploração de Empreendimento de energia elétrica por fonte solar a ser desenvolvido no parque solar denominado UFV Paracatu II na cidade de Paracatu no Estado de Minas Gerais, o qual possui previsão de potência instalada de 33 (trinta e três) MW.

A Companhia assinou com a união, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir de sua celebração em 25 de maio de 2016, conforme publicação no Diário Oficial da União para construção, operação e manutenção das instalações das usinas solares.

A contabilização da energia produzida pela Companhia ocorre de forma mensal. De acordo com o Preço de Venda Atualizado (PVA), a cada 12 meses, há o encontro de contas, comparando o volume gerado com o vendido no leilão. Desvios negativos são restituídos pela Companhia, enquanto desvios positivos são recebidos de acordo com o percentual pré-estabelecido no contrato.

A administração do Grupo Engie Solar, em conjunto com seus acionistas, tem aplicado esforços visando a otimização da estrutura financeira do grupo buscando minimizar os impactos das despesas financeiras de seu financiamento e, neste sentido, garantem o aporte de quaisquer recursos financeiros necessários para a continuidade das operações da Companhia.

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Paracatu (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

Sendo o percentual de participação de cada uma delas:

Paracatu I: 25%

Paracatu II: 25%

Paracatu III: 25%

Paracatu IV: 25%

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 28.04.2023.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Investimentos

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos financiamentos, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

d) Intangível

Os valores constantes na conta intangível são registrados pelo custo de aquisição reduzidos da amortização acumulada apurada no método linear com relação à vida útil do parque solar e refere-se à aquisição de projeto para construção do parque solar no município de Paracatu, adquirido junto a Solatio Energia. Em agosto de 2021, o valor do software SCADA que compunha o valor do Parque Solar foi reclassificado para o intangível, bem como a respectiva amortização. O intangível possui vida útil com base no contrato de operação comercial do parque solar.

e) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

f) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

g) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto.

Em todo ano o cálculo do arrendamento mercantil é reavaliado em decorrência da Performance Negativa entre a energia contratada e a energia entregue para a CCEE, considerando que a receita fixa de energia de reserva e a penalidade é base para cálculo do arrendamento.

O valor classificado no circulante é consideravelmente inferior ao não circulante no início do arrendamento em decorrência do alto volume de juros incluídos nas primeiras parcelas diante do longo prazo do contrato de arrendamento. Isso tende a uma inversão ao longo dos últimos anos do contrato.

O período de vigência do contrato junto ao locador que se iniciou em 01/02/2019 possui término previsto em 31/01/2054.

Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

h) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização das usinas pertencentes às controladas da Companhia são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

i) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

k) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

l) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

n) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como

a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.

o) Novas normas, alterações e interpretações

O IASB e o CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2022. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 38 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes.

p) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	01.03.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37 aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 03 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; CPC 38 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	03.11.2022	01.01.2023	Não aplicável à Companhia.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e depósitos bancários à vista	3.686	3.390
Aplicações Financeiras	25.860	16.134
	29.546	19.524

Os Investimentos em aplicações financeiras estão representados por quotas de fundos de investimentos de curto prazo e renda fixa, com rendimentos próximos à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) e com disponibilidade diária.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31.12.2022, a Companhia mantinha R\$ 2.662 (R\$ 2.501 em 31.12.2021) relativo a contas a receber de clientes. O prazo de faturamento da Companhia é de 30 dias, razão pelo qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda de energia.

O modelo do setor elétrico brasileiro conta, desde 2008, com a Energia de Reserva, destinada a elevar a segurança no fornecimento no Sistema Interligado Nacional (SIN). A energia de reserva é oriunda de usinas especialmente contratadas para este fim, de forma complementar ao montante contratado no ambiente regulado (ACR).

A regulamentação do mecanismo deu-se pelo Decreto no 6.353, de 16 de janeiro de 2008, e o início da comercialização ocorreu um ano mais tarde. A CCEE passou a representar os agentes de consumo desta energia e a responder pela centralização da relação contratual entre as partes e pela gestão da Conta de Energia de Reserva.

Esta modalidade de contratação é formalizada mediante a celebração dos Contratos de Energia de Reserva (CER), entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE – na condição de representante dos agentes de consumo, incluindo os consumidores livres, aqueles referidos no § 5º do art. 26 da Lei nº 9.427/1996 e os autoprodutores.

Os Contratos de Uso de Energia de Reserva (CONUER) são celebrados entre a CCEE e os agentes de consumo, distribuidores, consumidores livres e consumidores especiais, em decorrência dos Contratos de Energia de Reserva (CER), estes celebrados entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE.

Para a operação descrita acima, não há constituição de Perda Esperada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), pois a CCEE efetua os pagamentos mensais constantes em contrato, apurando eventuais diferenças entre a energia contratada e a fornecida ao final de cada ano do contrato, e aplicando os ajustes necessários no ano seguinte.

NOTA 6. IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2022			31.12.2021
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Parque Solar	3,33%	167.068	(20.485)	146.583	154.474
Subestação Consórcio	3,33%	11.440	(1.481)	9.959	10.341
Moveis e Utensílios	6,25%	17	(2)	15	16
Direito de uso de arrendamentos	10,20%	5.802	(381)	5.421	4.900
Estimativa de gastos com descomissionamento	3,80%	2.610	(18)	2.592	-
		186.937	(22.367)	164.570	169.731
Em curso					
		14	-	14	-
		14	-	14	-
TOTAL		186.951	(22.367)	164.584	169.731

b) Movimentação do ativo imobilizado

	Parque Solar	Subestação Consórcio	Moveis e utensílios	Direito de uso de arrendamentos	Estimativa de gastos com descomissionamento	Em curso (1)	Total
Saldos em 31.12.2020	148.179	10.722	-	3.431	-	11.114	173.446
Ingressos	12.627	-	17	-	-	-	12.644
Transferências	(638)	-	-	-	-	-	(638)
Remensuração	-	-	-	1.688	-	-	1.688
Baixas (2)	(293)	-	-	-	-	(11.114)	(11.407)
Depreciação	(5.401)	(381)	(1)	(219)	-	-	(6.002)
Saldos em 31.12.2021	154.474	10.341	16	4.900	-	-	169.731
Ingressos	4	-	-	-	2.610	14	2.628
Remensuração	-	-	-	683	-	-	683
Vendas	(24)	-	-	-	-	-	(24)
Baixas	(2.503)	-	-	-	-	-	(2.503)
Depreciação	(5.368)	(382)	(1)	(162)	(18)	-	(5.931)
Saldos em 31.12.2022	146.583	9.959	15	5.421	2.592	14	164.584

- (1) Imobilizado em curso refere-se às aquisições e transferências de equipamentos para conclusão da construção dos parques solares.
- (2) As baixas do parque solar referem-se à venda de módulos e cancelamento de notas fiscais reflexo das conciliações entre adiantamentos e fornecedores oriundos de períodos passados.
- (3) As transferências do parque solar referem-se à substituição de placas e equipamentos em garantia, bem como reflexo das conciliações entre adiantamentos e fornecedores oriundos de períodos passados.

c) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (impairment). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O contrato é renegociado anualmente com base no IGP-M/FGV. A taxa considerada na renegociação em 2022 foi de 14,65%.

d) Provisão para desmobilização

Em 2022, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque solar, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 6,05%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2022 era de R\$ 2.616 (R\$ 0,00 em 31.12.2021).

NOTA 7. INTANGÍVEL

a) Composição

		31.12.2022			31.12.2021
	Taxa média de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Projeto Parque Solar	3,33%	3.699	(483)	3.216	3.339
Software SCADA	3,33%	668	(64)	604	627
		4.367	(547)	3.820	3.966

b) Movimentação do ativo intangível

	Projeto Parque Solar	Software SCADA	Total
Saldos em 31.12.2020	3.462	-	3.462
Ingressos	-	57	57
Baixas	-	(27)	(27)
Transferências	-	638	638
Amortização	(123)	(41)	(164)
Saldos em 31.12.2021	3.339	627	3.966
Amortização	(123)	(23)	(146)
Saldos em 31.12.2022	3.216	604	3.820

NOTA 8. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Riscos de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações da TJLP, em decorrência do financiamento contratado.

A flutuação da TJLP tende a acompanhar as flutuações das taxas de juros e efeitos inflacionários. Desta forma, o financiamento contratado tende a estar protegido pelos contratos de energia, os quais possuem cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, representando, portanto, um *hedge* natural de longo prazo. Adicionalmente, o montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é incorporado ao principal da dívida, fator que mitiga o impacto imediato no fluxo de caixa da Companhia, em caso de aceleração da TJLP.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário	Sensibilidade		
	12 meses	Provável			
Risco de variação	31.12.2022	31.12.2023	Provável	$\Delta + 25\%$ ⁽¹⁾	Administração
TJLP	7,2%	7,4%	0,2 p.p.	1,9 p.p.	0,3 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2023.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2022 e os previstos no cenário provável para 2023, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para os próximos 12 meses. As variações que poderão impactar o resultado, e, conseqüentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses, em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em		Sensibilidade	
	31.12.2022	Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
Risco de aumento				
Financiamentos				
TJLP	127.072	(213)	(2.317)	(399)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2022	31.12.2021
Instrumentos de dívida	127.072	127.254
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(29.546)	(19.524)
(-) Depósitos vinculados	(3.865)	(3.704)
Dívida líquida	93.661	104.026
Patrimônio líquido	63.604	62.524
Endividamento líquido	1,5	1,7

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2022, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2022. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	3.108	59	72	5.174	8.413
Financiamentos	8.026	16.052	16.052	86.942	127.072
	11.134	16.111	16.124	92.116	135.485

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2022	31.12.2021
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	25.860	16.134
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	3.686	3.390
Contas a receber de clientes	2.662	2.501
Depósitos vinculados	3.865	3.704
	36.073	25.729
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	5.336	5.073
Financiamentos	127.072	127.254
Ressarcimentos às distribuidoras	2.610	1.295
	135.018	133.622

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 9. FORNECEDORES

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores	3.083	3.002
Arrendamentos a pagar	25	20
Fornecedores circulante	3.108	3.022
Arrendamentos a pagar	5.305	5.073
Fornecedores não circulante	5.305	5.073
Total	8.413	8.095

NOTA 10. FINANCIAMENTOS

a) Mutação

	Total
Saldo em 31.12.2020	121.754
Juros	18.643
Amortização de principal	(7.148)
Amortização de juros	(5.995)
Saldo em 31.12.2021	127.254
Juros	13.954
Amortização de principal	(7.866)
Amortização de juros	(6.270)
Saldo em 31.12.2022	127.072

b) Vencimentos do financiamento

2023	8.026
2024	8.026
2025	8.026
2026 a 2031	48.154
2032 a 2038	54.840
	127.072

c) Liberação de recursos

Em 18/07/2019, o BNDES abre à Companhia, crédito total no valor de R\$ 87.894.566, créditos estes que serão postos à disposição da Companhia parceladamente, depois de cumpridas as condições de liberação referidas nas cláusulas de seu contrato, em função das necessidades para a realização do projeto financiado, respeitadas a programação financeira do BNDES, que está subordinada à definição de recursos para suas aplicações, pelo Conselho Monetário Nacional.

No decorrer do exercício de 2019, o BNDES adicionalmente liberou o montante de R\$ 7.600.000, destinados à implantação da UFV Paracatu II, localizada no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

No decorrer do exercício de 2020, o BNDES adicionalmente liberou o montante de R\$ 17.444.915, destinados à implantação da UFV Paracatu II, localizada no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2022, não houve nova liberação de recursos pelo BNDES.

d) Taxas de juros

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,98% (dois inteiros e noventa e oito centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração), pelo spread do BNDES de 1,94% ao ano e variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) pro rata temporis.

e) Garantias da operação

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes deste Contrato, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas foram estabelecidas as seguintes garantias:

I. A Solairedirect Holding dá, ao BNDES, em penhor, a totalidade de suas ações atuais e futuramente detidas, de emissão da Paracatu Holding, bem como quaisquer outras ações representativas do capital social da Paracatu Holding, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas pela mesma;

II. A Paracatu Holding dá ao BNDES em penhor, a totalidade de suas ações atuais e futuramente detidas, de emissão das Beneficiárias, bem como quaisquer outras ações representativas do capital social das Beneficiárias, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas pelas mesmas;

III. As Beneficiárias dão em penhor ao BNDES, os módulos fotovoltaicos e inversores relativos ao Projeto;

IV. As Beneficiárias cederão fiduciariamente ao BNDES:

a) Os direitos creditórios provenientes dos Contratos de Energia de Reserva (“CERs”) celebrados entre as Beneficiárias e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);

b) Os direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia que venham a ser celebrados pelas Beneficiárias, no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no Ambiente de Contratação Regulado (ACR);

c) Quaisquer outros direitos creditórios e/ou receitas que sejam decorrentes do Projeto, inclusive aqueles relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste;

d) Entre outros direitos.

V. A Paracatu Holding cederá fiduciariamente ao BNDES:

a) Os direitos creditórios da “Conta Centralizadora Holding”, conforme definida no Contrato DE Cessão Fiduciária; e

b) Os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com as Beneficiárias, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

f) Prazo de amortização

O principal da dívida decorrente deste Contrato deve ser pago ao BNDES em 233 (duzentas e trinta e três) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de junho de 2019, observado o disposto na Cláusula Vigésima Terceira (Vencimento em Dias Feriados), comprometendo-se as Beneficiárias a liquidarem com a última prestação, em 15 (quinze) de dezembro de 2038 todas as obrigações decorrentes deste Contrato.

g) Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants)

A Companhia possui empréstimo junto ao BNDES onde tal contrato contém a cláusula de cumprimento do *covenants* da obrigação de apuração de no mínimo 1,300 (1,3x) do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) de acordo com os termos da cláusula 12 a no inciso XII do Contrato de Financiamento, entretanto tal *covenants* é apurado ao nível da empresa Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. (Holding que consolida as demais empresas Engie Solar Paracatu I Geração Centralizada SPE S.A., Engie Solar Paracatu II Geração Centralizada SPE S.A., Engie Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A. e Engie Solar Paracatu IV Geração Centralizada SPE S.A.), dada a característica consolidada das garantias oferecidas e aceitas pelo BNDES. O contrato de financiamento prevê o cálculo do índice do EBITDA no resultado consolidado ao nível da Holding acima mencionada.

Considerando as premissas aplicadas, o índice de cobertura do serviço da dívida consolidado na Engie Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. em 31 de dezembro de 2022 representa ICSD = 1,36.

NOTA 11. RESSARCIMENTOS ÀS DISTRIBUIDORAS

	31.12.2022	31.12.2021
Penalidade a Pagar CER - Ano 3 (*)	-	1.295
Penalidade a Pagar CER - Ano 4 (*)	2.610	-
	2.610	1.295

Representa o ressarcimento a CCEE no fechamento do contrato anual, decorrente de Performance Negativa entre a energia contratada e a energia entregue para a CCEE.

NOTA 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da Companhia em 31.12.2022 e 31.12.2021 era de R\$ 60.311 representado por 60.311 ações ordinárias e nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada as quais pertencem em sua totalidade à ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. ("Paracatu Holding").

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido ao final do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

NOTA 13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Fornecimento de energia de reserva	30.169	27.595
Transações no mercado de curto prazo	162	-
Outras receitas/performance negativa	(1.637)	(2.165)
Receita Bruta	28.694	25.430
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS/COFINS	(1.107)	(1.006)
Total deduções	(1.107)	(1.006)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27.587	24.424

NOTA 14. CONCIALIÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

Durante o exercício de 2021 e 2022, a Companhia foi tributada ao Lucro Presumido, sendo mais viável as suas atividades de acordo com o seu projeto de negócios.

a) Apuração do imposto de renda e contribuição social – resultado

	31/12/2022			31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	Totais	IRPJ	CSLL	Totais
Receita bruta	30.169	30.169		28.060	28.060	
Alíquota presunção	8%	12%		8%	12%	
Lucro presumido	2.414	3.620		2.245	3.367	
Outras receitas	1.996	1.996		4.842	4.842	
Base de cálculo	4.410	5.616		7.087	8.209	
IRPJ (15%) e CSLL (9%) devido	662	505	1.167	1.062	739	1.801
Adicional do IRPJ - 10%	417	-	417	685	-	685
Total do imposto/contribuição devido	1.079	505	1.584	1.747	739	2.486
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(1.079)	(505)	(1.584)	(1.747)	(739)	(2.486)
Diferido	(3)	(2)	(5)	873	318	1.191
	(1.082)	(507)	(1.589)	(874)	(421)	(1.295)

NOTA 15. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Indisponibilidade prolongada no Conjunto Fotovoltaico Paracatu

No dia 02.04.2023, houve uma ocorrência de vento forte na região do município de Paracatu (MG), onde fica o Conjunto Fotovoltaico Paracatu. Os registros de velocidade do vento indicaram valores máximos de 95 km/h, causando avarias graves aos painéis, *trackers* e demais sistemas. Tão logo fora constatado o sinistro, a equipe local procedeu com o isolamento dos equipamentos, visando à segurança e proteção dos colaboradores, para iniciar as atividades de inspeção, quantificação e qualificação dos danos. Os informes à seguradora já foram realizados, seguindo o procedimento que é praxe nestes eventos. Dos 132 MW de capacidade instalada, estima-se numa primeira avaliação que cerca de 50 MW foram afetados e encontram-se em indisponibilidade prolongada. Foi formado um Grupo de Trabalho multitarefa para elaborar propostas de recomposição da planta no menor tempo possível. Importante destacar que os danos foram exclusivamente materiais, sem nenhuma ocorrência relacionada aos colaboradores e terceiros que atuam na usina.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022, da ENGIE Solar Paracatu II Geração Centralizada SPE S.A).

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Sérgio Roberto Maes
Direto Técnico-Operacional

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Diretor Administrativo e Financeiro

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Amanda Aparecida Mota
Contador - CRC 1SP233929/O-1